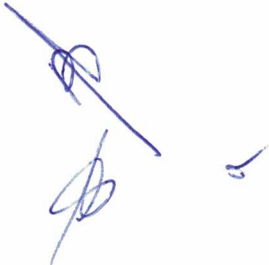


Tecsoil
Automação e
Sistemas S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**



KPDS 487881

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balanços patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Triade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Tecsoil Automação e Sistemas S.A.
Araçatuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tecsoil Automação e Sistemas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecsoil Automação e Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 17 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7



KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e uma
membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the
KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG
International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2018 | 2017 | Passivo | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|---------------|---------------|--|------|---------------|---------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 227 | 12.600 | Fornecedores | 15 | 10.461 | 411 |
| Contas a receber de clientes | 10 | 4.910 | 4.386 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 4.081 | 592 |
| Estoques | 11 | 13.036 | 10.243 | Adiantamento de clientes | | 1.069 | 520 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 315 | 204 | Impostos e contribuições a recolher | 17 | 1.713 | 1.727 |
| Tributos a recuperar | 12 | 2.663 | 2.235 | Imposto de renda e contribuição social | | 1.089 | 1.014 |
| Antecipação de dividendos | | - | 1.052 | Salários e férias a pagar | | 3.586 | 1.449 |
| Outras contas a receber | | 1.308 | 1.875 | Tributos parcelados | 18 | 159 | 117 |
| | | | | Outros passivos | | 5 | 40 |
| Total do ativo circulante | | 22.459 | 32.595 | Total do passivo circulante | | 22.163 | 5.870 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Tributos a recuperar | 12 | 4.588 | 386 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 1.222 | 1.471 |
| Contas a receber de clientes | | - | 276 | Tributos parcelados | 18 | 2.366 | 425 |
| Antecipação de dividendos | | 1.052 | - | | | | |
| Outras contas a receber | | 388 | 196 | Total do passivo não circulante | | 3.588 | 1.896 |
| Total do realizável ao longo prazo | | 6.028 | 858 | Patrimônio líquido | 19 | | |
| | | | | Capital social | | 40.000 | 40.000 |
| Imobilizado | 13 | 23.712 | 7.741 | Reserva de capital | | 250 | 250 |
| Intangível | 14 | 15.513 | 6.292 | Adiantamento para futuro aumento de capital | | 19.401 | - |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (17.690) | (530) |
| Total do ativo não circulante | | 45.233 | 14.891 | Total do patrimônio líquido | | 41.961 | 39.720 |
| | | | | Total do passivo | | 25.751 | 7.766 |
| Total do ativo | | 67.712 | 47.486 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 67.712 | 47.486 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|------------------------|----------------------|
| Receita operacional líquida | 22 | 39.394 | 28.475 |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 23 | <u>(36.794)</u> | <u>(17.508)</u> |
| Lucro bruto | | <u>2.600</u> | <u>10.967</u> |
| Despesas com vendas | 23 | (1.886) | (151) |
| Despesas administrativas e gerais | 23 | (12.435) | (7.235) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 23 | <u>(958)</u> | <u>(1.620)</u> |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, e impostos | | <u>(12.679)</u> | <u>1.961</u> |
| Despesas financeiras | 24 | (1.395) | (304) |
| Receitas financeiras | 24 | <u>450</u> | <u>1.184</u> |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | <u>(945)</u> | <u>880</u> |
| Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(13.624)</u> | <u>2.841</u> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 21 | <u>(3.537)</u> | <u>(2.709)</u> |
| Resultado do exercício | | <u>(17.161)</u> | <u>132</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

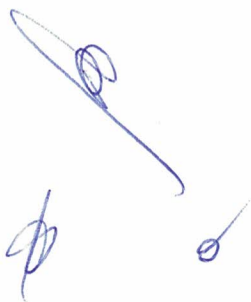
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| Resultado do exercício | <u>(17.436)</u> | <u>132</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>(17.436)</u></u> | <u><u>132</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---|----------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | <u>30.000</u> | <u>250</u> | - | <u>(662)</u> | <u>29.588</u> |
| Aumento de capital - Nota 19 (c) | 10.000 | - | - | - | 10.000 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 132 | 132 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>40.000</u> | <u>250</u> | - | <u>(530)</u> | <u>39.720</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - Nota 19 (d) | - | - | 19.401 | - | 19.401 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (17.161) | (17.161) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>40.000</u> | <u>250</u> | <u>19.401</u> | <u>(17.691)</u> | <u>41.960</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tecsoil Automação e Sistemas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|-----------------|----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do exercício | | (17.161) | 132 |
| Ajustado por: | | | |
| Depreciação | 13 | 2.415 | 1.721 |
| Amortização | 14 | 913 | 671 |
| Resultado na alienação do imobilizado | | - | (110) |
| Ajuste a valor presente de recebíveis | | - | (296) |
| Provisão para perdas estimadas em créditos | 10 | 191 | 1.629 |
| Provisão para <i>impairment</i> de estoques | 11 | 809 | - |
| Juros incorridos | 16 | 146 | 29 |
| Imposto de renda e contribuição social | 21 | 3.537 | 2.709 |
| | | (9.150) | 6.485 |
| Variação dos ativos e passivos | | | |
| Contas a receber de clientes | | (439) | 2.645 |
| Estoques | | (12.164) | (8.621) |
| Adiantamentos a fornecedores | | (111) | 845 |
| Tributos a recuperar | | (4.629) | (2.483) |
| Outras contas a receber | | 374 | (1.402) |
| Fornecedores | | 10.050 | 541 |
| Adiantamento de clientes | | 549 | 343 |
| Impostos e contribuições a recolher | | (14) | 564 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 75 | (91) |
| Salários e férias a pagar | | 2.138 | 682 |
| Tributos parcelados | | 1.982 | (370) |
| Outros passivos | | (33) | 292 |
| Juros pagos | | (52) | (29) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (3.537) | (2.709) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | (14.961) | (3.308) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de imobilizado | 13 | (9.825) | (5.039) |
| Aquisição de intangível | 14 | (10.134) | (3.318) |
| Recebimento pela venda do imobilizado | | - | 340 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (19.959) | (8.017) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Aumento de capital | | - | 10.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 19 | 19.401 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 16 | 3.654 | 2.063 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | 16 | (508) | - |
| Antecipação de lucros aos acionistas | | - | (1.058) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | | 22.547 | 11.005 |
| Redução em caixa e equivalentes de caixa | | (12.373) | (320) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 9 | 12.600 | 12.920 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 9 | 227 | 12.600 |
| Redução em caixa e equivalentes de caixa | | (12.373) | (320) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Tecsoil Automação e Sistemas S.A. (“Companhia”), sediada na cidade de Piracicaba - SP à Rua David Antunes, nº 230-A, Vila Monteiro e filial na cidade de Araçatuba - SP à Rua Abraão Vinhas, nº 242, Jardim Concórdia II, tem como objeto social, as principais seguintes operações:

- Desenvolvimento e licenciamento de programas para computadores;
- Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- Fabricação e manutenção de aparelhos, equipamentos de medida, teste e controle;
- Instalação, manutenção e reparo de computadores e equipamentos periféricos;
- Aluguel de máquinas e equipamentos;
- Outras atividades de telecomunicações.

A Companhia atua sob a denominação comercial “Solinftec”. Do preparo de solo à colheita, as soluções da Companhia fazem parte do dia-a-dia da produção agrícola em mais de 8,0 milhões de hectares cultivados. Uma plataforma agnóstica, que conecta pessoas, máquinas de diferentes modelos e fabricantes, e informações climáticas, criando um ecossistema inteligente que fornece insights para a otimização de operações mecanizadas, racionalização de insumos e aumento de produtividade.

No exercício de 2018 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 17.436, decorrente, sobretudo, do aumento de custos fixos e de despesas administrativas, dado à relevante expansão de suas atividades comerciais. Esta situação decorre, ainda, do fato de que grande parte dos investimentos da Companhia é representada por intangíveis de desenvolvimento de novos produtos (soluções) e estes investimentos serão revertidos em resultados quando da venda de novos produtos e serviços nos próximos exercícios. Também tem impacto significativo no resultado do exercício o aumento da participação de novos contratos com geração de receita recorrente, em detrimento dos contratos de venda pura de soluções.

Durante o exercício de 2018 a Companhia expandiu suas operações com a abertura de novas filiais nas cidades de Sinop, Rondonópolis e Querência no Estado do Mato Grosso, Rio Verde em Goiás e Luís Eduardo Magalhães no Estado da Bahia. Além disso, iniciou suas operações internacionais nos Estados Unidos, onde já atua em um milhão de hectares, e países da América Latina: Peru, Colômbia e Guatemala.

Houve, no exercício, novos aportes de recursos dos acionistas à medida que as necessidades de caixa surgiram. Quando das chamadas de capital, os acionistas aportaram recursos, demonstrando confiança nos negócios e grande expectativa de rentabilidade futura dos investimentos.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas no contas a receber de clientes); e

Nota explicativa nº 14 e 6(e) - Intangível (mensuração dos gastos capitalizáveis).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 13 e 6(d) - Vida útil de ativo imobilizado;



Nota explicativa nº 14 e 6(e) - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento).

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia regularmente revisa todas as mensurações significativas de valor justo através de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, nenhuma destas normas afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Este pronunciamento substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A Administração avaliou essa nova norma e não identificou efeitos relevantes em suas informações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda e prestação de serviços, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com este pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

| | Nota | Classificação original CPC 38/IAS 39 | Nova classificação CPC 48/ IFRS 9 | Valor contábil original CPC 38/IAS 39 | Novo valor contábil CPC 48/ IFRS 9 |
|------------------------------|------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Aplicações financeiras | 9 | Valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio do resultado | 12.575 | 12.575 |
| Depósitos bancários | 9 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 25 | 25 |
| Contas a receber de clientes | 10 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 4.386 | 4.386 |
| Outras contas a receber | | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 2.071 | 2.071 |
| Fornecedores | 15 | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | (411) | (411) |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | (2.063) | (2.063) |
| Outros passivos | | Outros passivos financeiros | Custo amortizado | (40) | (40) |
| | | | | 16.543 | 16.543 |

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Na avaliação da Companhia não foi identificado impacto material para que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 fossem aumentados.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

b. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% e 32% de suas receitas operacionais, vendas e serviços prestados, respectivamente. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% e 32% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras).

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e custos de produção de *hardwares*. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Estoque em poder de terceiros é compreendido por equipamentos desenvolvidos pela Companhia, sobretudo, *hardwares*, remetidos a clientes para demonstração e testes operacionais.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

| | |
|-----------------------------|-----|
| Edificações | 4% |
| Veículos | 20% |
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Equipamentos de informática | 20% |
| Equipamentos locados | 20% |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

| | |
|---|--------|
| Software | 5 anos |
| Projetos de desenvolvimento de soluções - Softwares e hardwares | 5 anos |

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e



Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

| | |
|--|--|
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR) | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. |

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

A política aplicada as informações comparativas apresentadas para 2017 é similar àquela aplicada para 2018.

(iv) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

i. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

j. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Receita operacional

(i) Venda de produtos (Hardware e Software)

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida na comercialização de *hardwares* e *softwares* e na realização de serviços relacionados. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos bens vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto imaterial nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

- taxa de desconto;
- levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e optou pela abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

A Companhia reconhecerá um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóvel urbano e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação do ativo de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento, estimados, a princípio, entre R\$ 7.000 a R\$ 7.500 em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não espera que a adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*).

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

9 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2018 | 2017 |
|------------------------|------|--------|
| Caixa e bancos | 222 | 25 |
| Aplicações financeiras | 5 | 12.575 |
| | 227 | 12.600 |

Estão representados por saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) indexados a 101% da variação do Certificado Interbancário (CDI) com liquidez inferior a 90 dias e sem alteração significativa de valor.

10 Contas a receber de clientes

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|---------|---------|
| Clientes nacionais | 7.712 | 7.274 |
| (-) Provisão para perdas esperadas | (2.754) | (2.563) |
| (-) Ajuste a valor presente | (48) | (48) |
| | 4.910 | 4.663 |
| Circulante | 4.910 | 4.386 |
| Não circulante | - | 276 |

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

| | 2018 | 2017 |
|-------------------|-------|-------|
| Créditos a vencer | 3.398 | 3.800 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 1.390 | 292 |
| De 31 a 90 dias | 170 | 1.067 |
| De 91 a 180 dias | 136 | 883 |
| De 181 a 360 dias | 74 | 217 |
| Acima de 360 dias | 2.544 | 1.016 |
| | 7.712 | 7.274 |

11 Estoques

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Mercadorias para revenda | 10.091 | 6.318 |
| Estoque em poder de terceiros | 1.067 | 3.655 |
| Matéria prima | 2.659 | 201 |
| Outros materiais | 28 | 69 |
| Provisão para <i>impairment</i> (*) | (809) | - |
| | <u>13.036</u> | <u>10.243</u> |

(*) Refere-se a provisão para perdas com o equipamento MAG 300 devido a descontinuidade da operação deste produto, sem impactos no caixa da operação durante o exercício de 2018.

Estoque de mercadorias para revenda, matéria prima e outros materiais são avaliados ao custo médio de aquisição.

Estoque em poder de terceiros é composto por equipamentos e soluções desenvolvidos pela Companhia, sobretudo *hardwares*, remetidos a clientes para demonstração e testes operacionais sem o retorno até a data destas demonstrações financeiras.

12 Tributos a recuperar

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Programa de Integração Social - PIS | 66 | 21 |
| Contribuição Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 334 | 124 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 697 | 99 |
| Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 5.684 | 2.135 |
| Impostos de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL | 461 | 234 |
| Outros tributos a recolher | 9 | 9 |
| Total | <u>7.251</u> | <u>2.622</u> |
| Circulante | 2.663 | 2.236 |
| Não circulante | 4.588 | 386 |

13 Imobilizado

| Custo | 01.01.2018 | Adições | Baixas | 31.12.2018 |
|------------------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| Terrenos | 315 | - | - | 315 |
| Edificações | 1.668 | - | - | 1.668 |
| Equipamentos locados (ii) | 6.627 | 9.291 | - | 15.918 |
| Móveis e utensílios | 313 | 59 | - | 372 |
| Equipamentos de informática | 630 | 234 | - | 864 |
| Máquinas e equipamentos | 334 | - | - | 334 |
| Veículos | 109 | 134 | - | 243 |
| Equipamentos em comodato (i) | - | 8.561 | - | 8.561 |
| Outros | 110 | 107 | - | 217 |
| | 10.106 | 18.386 | - | 28.492 |
| | | | | |
| Depreciação | 01.01.2018 | Adições | Baixas | 31.12.2018 |
| Edificações | (139) | (44) | - | (183) |
| Equipamentos locados | (1.704) | (2.157) | - | (3.861) |
| Móveis e utensílios | (176) | (46) | - | (222) |
| Equipamentos de informática | (243) | (97) | - | (340) |
| Máquinas e equipamentos | (79) | (44) | - | (123) |
| Veículos | (24) | (27) | - | (51) |
| | (2.365) | (2.415) | - | (4.780) |
| | | | | |
| Saldo líquido | | | 2018 | 2017 |
| Terrenos | | | 315 | 315 |
| Edificações | | | 1.485 | 1.529 |
| Equipamentos locados | | | 12.057 | 4.923 |
| Móveis e utensílios | | | 150 | 137 |
| Equipamentos de informática | | | 524 | 387 |
| Máquinas e equipamentos | | | 211 | 255 |
| Veículos | | | 192 | 85 |
| Equipamentos em comodato | | | 8.561 | - |
| Outros | | | 217 | 110 |
| | | | 23.712 | 7.741 |

- (i) Equipamentos em comodato são representados por bens remetidos à clientes que estão em “Projetos pilotos”. Estes equipamentos, enquanto em fase de piloto, não são depreciáveis. Quando tornarem-se contratos ativos estes bens serão reclassificados para a rubrica de “Equipamentos locados”.
- (ii) Parte das adições ocorridas em 2018 na rubrica de “Equipamentos locados” não movimentaram o caixa pois foram transferidas dos estoques existentes em 2017 e que, após entrar em escala comercial em 2018, após locados, passaram a integrar esta rubrica.

| Custo | 01.01.2017 | Adições | Baixas | 31.12.2017 |
|-----------------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| Terrenos | 315 | - | - | 315 |
| Edificações | 1.668 | - | - | 1.668 |
| Equipamentos locados | 2.939 | 4.397 | (709) | 6.627 |
| Móveis e utensílios | 270 | 43 | - | 313 |
| Equipamentos de informática | 315 | 325 | (10) | 630 |
| Máquinas e equipamentos | 177 | 165 | (8) | 334 |
| Veículos | 43 | 109 | (43) | 109 |
| Outros | 110 | - | - | 110 |
| | 5.837 | 5.038 | (770) | 10.106 |

| Depreciação | 01.01.2017 | Adições | Baixas | 31.12.2017 |
|-----------------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| Edificações | (72) | (67) | - | (139) |
| Equipamentos locados | (448) | (1.421) | 165 | (1.704) |
| Móveis e utensílios | (88) | (88) | - | (176) |
| Equipamentos de informática | (165) | (82) | 4 | (243) |
| Máquinas e equipamentos | (43) | (38) | 2 | (79) |
| Veículos | (4) | (25) | 6 | (23) |
| | (820) | (1.721) | 177 | (2.364) |

| Saldo líquido | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Terrenos | 315 | 315 |
| Edificações | 1.529 | 1.596 |
| Equipamentos locados | 4.923 | 2.491 |
| Móveis e utensílios | 136 | 182 |
| Equipamentos de informática | 387 | 150 |
| Máquinas e equipamentos | 255 | 134 |
| Veículos | 86 | 39 |
| Outros | 110 | 110 |
| | 7.741 | 5.017 |

14 Intangível

| 31 de dezembro de 2018 | | | | |
|--|--------------|----------------|------------------------------|----------------|
| | Custo | Adições | Amortização acumulada | Líquido |
| Marcas e licenças adquiridas | 2 | - | (1) | 1 |
| Desenvolvimento de soluções - <i>Softwares e Hardwares</i> | 6.286 | 10.124 | (910) | 15.510 |
| (*) <i>Softwares</i> | 4 | - | (2) | 2 |
| | 6.292 | 3.318 | (913) | 15.513 |

| 31 de dezembro de 2017 | | | | |
|--|--------------|----------------|------------------------------|----------------|
| | Custo | Adições | Amortização acumulada | Líquido |
| Marcas e licenças adquiridas | 2 | - | - | 2 |
| Desenvolvimento de soluções - <i>Softwares e Hardwares</i> (*) | 3.607 | 3.318 | (639) | 6.286 |
| <i>Softwares</i> | 36 | - | (32) | 4 |
| | 3.645 | 3.318 | (671) | 6.292 |

- (*) O intangível de desenvolvimento de soluções - *Softwares e Hardwares* é composto substancialmente por gastos de mão de obra técnica especializada, desenvolvedores, engenheiros, entre outros profissionais dedicados unicamente ao desenvolvimento de novos produtos e soluções.

Em 2018 os intangíveis de desenvolvimento são representados por 7 grandes projetos, denominados: “*Rede SolinfNet*”, “*Cultivos Perenes*”, “*Alice*”, “*Softwares de Gestão*”, “*Aplicações*”, “*Hardwares*” e “*Grãos e Fibras*”.

Estes ativos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada. A vida útil estimada destes projetos é de 5 anos e a amortização é realizada de forma linear a partir do início das operações comerciais que incluem estes novos produtos e soluções.

A amortização dos custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos produtos vendidos e serviços prestados na medida em que os produtos são vendidos e/ou locados.

A Administração procedeu com o teste a valor recuperável das duas unidade geradoras de caixa (UGC's): “*Sucroenergético*” e “*Grãos & Fibras*”. O valor recuperável estimado para cada UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

15 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, quando o pagamento é devido dentro do período de um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

16 Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Encargos | Vencimento | Garantias | 2018 | 2017 |
|-----------------|-----------------------|----------------|-----------|--------------|--------------|
| Finame | De 0,64% a 1,24% a.m. | 2023 | A | 1.762 | 2.063 |
| CCB | 1,53% a.a. | 2022 | B | 2.052 | - |
| FIDC | 2,5% a.m. | 2019 | B | 895 | - |
| Conta garantida | De 1,21% a 2,98% a.m. | 2019 | C | 594 | - |
| Total | | | | <u>5.303</u> | <u>2.063</u> |
| | | Circulante | | 4.081 | 592 |
| | | Não circulante | | 1.222 | 1.471 |

- A - Alienação fiduciária
- B - Cessão de contratos / Aval de acionistas
- C - Aval de acionistas

(i) Movimentação de empréstimos e financiamentos

| | 31.12.2018 |
|------------------------|--------------|
| Saldo inicial: | 2.063 |
| Captações | 3.654 |
| Pagamento de principal | (508) |
| Juros incorridos | 146 |
| Juros pagos | (52) |
| Saldo final: | <u>5.303</u> |

(ii) Covenants

Não há nos contratos de empréstimos e financiamentos nenhuma cláusula restritiva (*covenants*) a ser observada em ambos os exercícios.

17 Impostos e contribuições a recolher

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Programa de Integração Social - PIS | 65 | 32 |
| Contribuição Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 301 | 174 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 105 | 79 |
| Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 112 | 819 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 343 | 334 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 600 | 173 |
| Outros tributos a recolher | 187 | 116 |
| | <u>1.713</u> | <u>1.727</u> |

18 Tributos parcelados

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------|------------|
| Secretaria da Receita Federal - Pis, Cofins, IRPJ e CSLL | 2.118 | - |
| ICMS AIIM n° 4064463-7 | 406 | 542 |
| | <u>2.524</u> | <u>542</u> |
| Circulante | 159 | 117 |
| Não circulante | 2.366 | 425 |

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 11.075.269 ações, sendo 6.236.559 ações ordinárias e 4.838.710 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas.

Cada ação preferencial confere a seu titular o direito de um voto nas assembleias gerais de acionistas e terá prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso de capital, em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, conferindo ao seu titular o direito de receber o valor de

R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) por cada ação preferencial, o qual será acrescido de correções legais.

b. Destinação dos lucros

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.

1%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório.

Mediante deliberação do conselho de administração, a Companhia poderá preparar demonstrações financeiras em períodos menores e declarar dividendos intermediários com base nos resultados apurados em tais demonstrações ou à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual levantado.

c. Aumento de capital

Em 16 de novembro de 2017 foi realizado o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 10.000 fixado com base no inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei 6.404/76.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2018 uma série de Contratos de Adiantamento para futuro aumento de capital foram celebrados junto a controladora da Companhia, STEC Participações S.A.

As Partes comprometem-se a tomar todas as medidas uteis ou necessitas a capitalização do AFAC e consequente formalização do aumento do capital social da Companhia na próxima Assembleia Geral da Companhia, mediante a alteração do Estatuto Social da Companhia. Em janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 26, a capitalização foi realizada.

20 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos riscos de preço das mercadorias vendidas e serviços prestados, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de preço das mercadorias vendidas e serviços prestados

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia e custos operacionais da prestação de serviços a clientes. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se, sobretudo, a movimentos de preços de matérias primas.

Risco de crédito

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, sendo que no caso de contas a receber decorrentes de vendas a Companhia reconhece na data das demonstrações financeiras a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em análises econômicas por contraparte, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização destes créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras com elevado rating de crédito.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| Ativos | Nota | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|-------------|--------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 227 | 12.600 |
| Contas a receber de clientes | 10 | 4.910 | 4.663 |
| Outras contas a receber | | 1.365 | 2.071 |
| Total | | 6.502 | 19.334 |

Perdas esperadas no contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando a) a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; b) garantias prestadas por tais clientes e c) possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados:

| 31 de dezembro de 2018 | Valor contábil | Até 12 meses | De 12 a 24 meses | De 24 a 48 meses | Mais de 48 meses |
|-------------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Fornecedores | 10.461 | 10.461 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 5.303 | 4.081 | 1.222 | - | - |
| Adiantamento de clientes | 1.069 | 1.069 | - | - | - |
| Outros passivos | 6 | 6 | - | - | - |
| | 16.839 | 15.617 | 1.222 | - | - |

| 31 de dezembro de 2017 | Valor contábil | Até 12 meses | De 12 a 24 meses | De 24 a 48 meses | Mais de 48 meses |
|------------------------------|----------------|--------------|------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores | 411 | 411 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 1.683 | 212 | 1.471 | - | - |
| Adiantamento de clientes | 520 | 520 | - | - | - |
| Outros passivos | 420 | 41 | 379 | - | - |
| | <u>1.861</u> | <u>1.861</u> | <u>1.850</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Gestão de capital

A política de gestão de capital da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | Categoria de instrumento financeiro | 2018 | 2017 |
|------------------------------|--|-------------|-------------|
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e bancos | Custo amortizado | 222 | 25 |
| Aplicações financeiras (*) | Valor justo por meio do resultado | 5 | 12.575 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 4.910 | 4.663 |
| Outras contas a receber | Custo amortizado | 1.697 | 2.071 |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 10.461 | 411 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 5.303 | 2.063 |
| Adiantamento de clientes | Custo amortizado | 1.069 | 520 |
| Outros passivos | Custo amortizado | 6 | 40 |

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo (que são equivalentes ao valor contábil), como nível 1 (preços negociados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos), exceto para aplicações financeiras que são classificadas como nível 2, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pela apuração com base no lucro presumido. Abaixo apresentamos a conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício:

| | 2018 | 2017 |
|---|--------------|--------------|
| Receita bruta de vendas | 11.879 | 14.497 |
| Base de cálculo do imposto de renda (8%) | 950 | 1.160 |
| Base de cálculo da contribuição social (12%) | 1.425 | 1.740 |
| Receita bruta de serviços | 31.871 | 18.940 |
| Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (32%) | 10.199 | 6.061 |
| Outras receitas operacionais | 635 | 1.478 |
| Total da base de cálculo para imposto de renda | 11.784 | 8.699 |
| Total da base de cálculo para contribuição social | 12.259 | 9.278 |
| Imposto de renda (15%) | 1.768 | 1.305 |
| Adicional do imposto de renda (10%) | 667 | 569 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido (9%) | 1.102 | 835 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | <u>3.537</u> | <u>2.709</u> |

22 Receita operacional líquida

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Receita de vendas | | |
| Revenda de mercadorias | 11.448 | 13.906 |
| Venda de produtos fabricados | 431 | 591 |
| Receita de prestação de serviços | | |
| Licença de uso de softwares | 13.038 | 8.719 |
| Locação de equipamentos | 11.242 | 5.683 |
| Manutenção de sistemas | 982 | 1.249 |
| Outros serviços de assistência técnica | 5.965 | 3.289 |
| Deduções das vendas e prestação de serviços | | |
| Ajuste a valor presente | - | (48) |
| Devoluções de vendas | (165) | (1.416) |
| Impostos sobre vendas e prestação de serviços | (3.547) | (3.498) |
| Total da receita líquida | <u>39.394</u> | <u>28.475</u> |

23 Despesas por natureza

| | 2018 | 2017 |
|---|---------------|---------------|
| Custo das mercadorias vendidas | 8.022 | 6.140 |
| Salários e encargos sociais | 17.780 | 10.343 |
| Benefícios a empregados | 3.043 | 1.177 |
| Despesas com viagens | 5.029 | 840 |
| Serviços de terceiros | 4.015 | 2.024 |
| Depreciação e amortização | 3.508 | 1.854 |
| Conservação e manutenção | 468 | 315 |
| Locações de veículos | 2.110 | 550 |
| Energia elétrica e telefone | 567 | 297 |
| Propaganda e marketing | 814 | 138 |
| Impostos e taxas não recuperáveis | 305 | 84 |
| Outras receitas operacionais | (121) | (187) |
| Resultado na alienação de imobilizado | (5) | - |
| Provisão para perdas estimadas em créditos | 191 | 1.519 |
| Provisão para <i>impairment</i> de estoques | 809 | - |
| Despesas diversas | 5.538 | 1.421 |
| | <u>52.073</u> | <u>26.513</u> |
| Classificadas como: | | |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (36.794) | (17.505) |
| Despesas com vendas | (1.886) | (151) |
| Despesas administrativas e gerais | (12.435) | (7.235) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | (958) | (1.621) |

24 Resultado Financeiro

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|--------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 299 | 752 |
| Outras receitas financeiras | 151 | 431 |
| | <u>450</u> | <u>1.183</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (270) | (29) |
| Imposto sobre operações financeiras - IOF | (36) | - |
| Juros sobre tributos em atraso | (226) | (133) |
| Outras despesas financeiras | (863) | (141) |
| | <u>(1.395)</u> | <u>(303)</u> |
| Financeiras líquidas | <u>(945)</u> | <u>880</u> |

25 Partes relacionadas

Antecipação de lucros

Em 04 de outubro de 2017, o valor de R\$ 1.052 foi pago aos acionistas da Companhia na forma de antecipação de lucros.

Remuneração do pessoal chave da administração


O pessoal chave da administração é composto pela diretoria. Os valores pagos no exercício a título de remuneração foram de R\$ 2.064 (R\$ 1.323 em 2017).

26 Eventos subsequentes

Em Assembleia geral extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2019, o acionista controlador da Companhia, STEC Participações S.A., aprovou a conversão das ações preferenciais nominativas, sem valor nominal da Companhia, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia.

Ato contínuo foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 19.216 mediante a emissão, pela Companhia, de 2.066.214 (duas milhões, sessenta e seis mil, duzentas e quatorze) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos), totalmente subscritas e integralizadas nesta data pela STEC Participações S.A.


Britaldo Hernandez Fernandez
Diretor


Guilherme Gouveia Pires
Diretor financeiro


Odair Vieira
Contador
CRC 1SP 223542/O-8